

ESPAÇO

Aduaneiro

Boletim Informativo
das Alfândegas de Angola

Ano 2011 - Nº 65 Novembro/Dezembro

Alfândegas comemoraram dois centenários e meio de existência



O Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) comemorou os 2 centenários e meio de existência da aduana em território angolano, com a entrega, no dia 18 de Novembro, do Posto Fiscal do município da Baía Farta em Benguela, construído de raiz pela Instituição.

O novo Posto Fiscal da Baía Farta, inaugurado pelo representante da Dra Maria João, Administradora naquele município da Baía Farta, está, desde essa data, a disposição. Propriedade da Polícia Fiscal, terá por missão principal a fiscalização da actividade pesqueira e do movimento de embarcações em toda a extensão costeira do município.

As instalações do Posto Fiscal comportam 2 escritórios para a Polícia Fiscal, 2 para os funcionários das Alfândegas, 2 dormitórios, cozinha, refeitório, WC's, e balneários públicos com água canalizada. Anexo a estrutura, foi construído um reservatório de água e instalada luz alternativa, assim como foi montada uma

câmara frigorífica de 40 pés, para preservação e conservação do pescado que, eventualmente, venha a ser apreendido. As chaves do Posto foram entregues pelo Director-Geral do SNA ao Comandante da Unidade Provincial da Polícia Fiscal em Benguela, António Pedro. Enquadradas nas festividades do 250º Aniversário das Alfândegas, o Serviço Regional das Alfândegas do Lobito (SRALo), realizou em meados de Novembro uma série de actividades de carácter desportivo, cultural e social, que culminaram com a entrega de prémios durante um jantar de gala. No acto, foram ainda homenageados os Funcionários na reforma como símbolo de reconhecimento do seu contributo à causa da Instituição.

Durante a sua estada na cidade do Lobito e à margem das festividades o Director-Geral do SNA, Silvío Franco Burity, efectuou uma visita para avaliação do grau de cumprimento do plano de actividades definidas para o SRALo. Proferiu uma palestra sobre o tema **"A Comunicação como pilar para o sucesso de uma Instituição"**.

No dia anterior, José Mendes e Carlos Cardoso, ambos funcionários seniores da Sonangol, falaram para todos os funcionários aduaneiros e demais parceiros da cadeia sobre **"Segurança e Saúde no Trabalho"**. De notar entre as actividades do programa a realização de uma **Missa de Acção de Graças e de Intercessão aos Funcionários Falecidos**.



Capa

Novo Posto Fiscal na Baía Farta



5
Representantes do SARS
visitam SNA



7
Diminui contrabando em Angola



Boletim Informativo
das Alfândegas de Angola
Ano 2011 Novembro/Dezembro

Ficha Técnica

Edição - Gabinete do Director Geral
Rua Teresa Afonso Nº. 2

Caixa Postal No. 1254, Luanda

Telefones: (+244) 222 339492
/ 222 391068 / 222 394517 / 222 372613

Fax. (+244) 222 339490

www.alfandegas.gv.ao

E-mail: info@alfandegas.gv.ao

Produção e Design - Ricmídia, Lda.

Tiragem - 4.000 exemplares

Direitos reservados ao Serviço Nacional
das Alfândegas

Parecer de Classificação de Leite de Soja

Considerando que a classificação pautal de mercadorias desempenha um papel relevante nas políticas tributárias, de defesa do meio ambiente, de protecção da saúde pública e segurança, para a arrecadação de receitas para a Conta Única do Tesouro, em resultado dos Regimes de Importação e Exportação das mercadorias;

Uma vez que a mesma, é susceptível de gerar divergências e contestações, aquando da apresentação de despachos aduaneiros junto das Estâncias Aduaneiras pelos Declarantes; Havendo necessidade de minimizar tais divergências e contestações, pois atrasam o desalfandegamento das mercadorias;

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas do nº 21, do artigo 304º, do E.O.A., da alínea c), do nº 2, do artigo 23º, do Decreto-Lei nº 4/98, de 30 de Janeiro, da alínea e), do artigo 19º, e alínea e), do nº 2, do artigo 22º, ambos do Código Aduaneiro aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/06, de 04 de Outubro;

Por aplicação dos textos legais da Pauta Aduaneira (aprovada pelo Decreto-Lei nº 2/08, de 4 de Agosto), das Regras Gerais de Interpretação da Nomenclatura do Sistema Harmonizado, das Notas legais de Secções, Capítulos, Subcapítulos e Subposições, dos Pareceres de Classificação da Organização Mundial das Alfândegas e considerando as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado, a mercadoria supramencionada classifica-se conforme expresso nas partes 1 à 4 do quadro abaixo.

1.	Descrição da Mercadoria, fornecida por: DTC <input type="checkbox"/> Declarante <input type="checkbox"/> Outro <input checked="" type="checkbox"/>
	<p>Leite de Soja, comumente designado por bebida de soja, é uma bebida feita a partir dos grãos secos de soja com água e depois triturando-os. O leite de soja pode ser feito em casa com simples utensílios de cozinha.</p> <p>Muito consumido por várias pessoas, como alternativa ao leite de vaca, a sua principal diferença é não possuir <u>colesterol</u> (por ser um produto de origem vegetal) nem <u>lactose</u> (o açúcar natural do leite).</p> <p>Assim como a coagulação do leite de vaca pode ser transformada em <u>queijo</u>, a coagulação do leite de soja pode ser transformada em <u>tofu</u> (um alimento produzido a partir da <u>soja</u>, que tem uma textura firme parecida com a do queijo,</p> <p>sabor delicado, cor branca cremosa e apresenta-se sob a forma de um cubo branco).</p> <p>Pela sua aplicação, o leite de soja, perante os importadores, tende a ser classificado na Posição Pautal 0401 (Leite e nata não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes); pelo que, por meio da presente, somos a esclarecer que, devido a sua constituição, não pode ser classificado nessa posição. Por essa razão, as notas explicativo nº IV-2202-1, alínea B, ponto 2, dizem: "Certos produtos alimentares líquidos, susceptíveis de consumo directo como bebida, tais como certas bebidas de leite e de cacau". Por esse facto, o produto em questão é classificado na posição pautal 2202.90.00.</p>
2.	Classificação Pautal em Dúvida.
	0401 e 2202
3.	Figura: Desenho <input type="checkbox"/> Fotografia <input type="checkbox"/> Outra <input checked="" type="checkbox"/>
	  
4.	Parecer de Classificação (fundamentado): DTC <input type="checkbox"/> OMA <input type="checkbox"/> Outra <input checked="" type="checkbox"/>
	<p>Classificação decidida: 2202.90.00</p> <p>Fundamentação Legal:</p> <p><input type="checkbox"/> Aplicação das RGI 1 e 6;</p> <p>Outros fundamentos</p> <p><input type="checkbox"/> Nota 2 B), nº 2, da Secção IV;</p> <p><input type="checkbox"/> Notas Explicativas do Sistema Harmonizado, Considerações Gerais, da Secção IV.</p>



DGAIEC > Notícias



CPLP XXVI Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP

A XXVI Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa teve lugar em Bissau, Guiné-Bissau, de 17 a 21 de Outubro. A Sessão de Abertura contou com a presença do Secretário de Estado do Tesouro, José Carlos Casimiro, do representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné Bissau, Bubacar Dabo, do representante da Organização Mundial das Alfândegas, Alan Harrison e do Secretário-Geral da Conferência das Alfândegas da CPLP, Francisco Curinha.

A Reunião foi presidida pelo Director-Geral das Alfândegas da Guiné-Bissau, Domenico Sanca e estiveram presentes as Delegações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Durante o fórum que tem lugar pela terceira vez na Guiné-Bissau, Domenico Sanca, Director-Geral das Alfândegas da Guiné Bissau disse ser com muito orgulho que o seu país acolheu a reunião que servirá para fortalecer os laços existentes entre todas as Administrações Aduaneiras da CPLP, através dos projectos que têm vindo a ser concretizados, nomeadamente o PROLIP (Promoção da Língua Portuguesa), das Convenções Aduaneiras, entre outros.

O encontro de suma importância para a Comunidade Aduaneira Lusófona, permitiu as diversas Delegações discutir matérias consideradas de interesse, relacionadas com as suas respectivas Administrações. Foi o caso, entre outros, dos projectos, Janela Única Electrónica, Operador Económico Autorizado e Memorando Antifraude entre os países da CPLP.



De uma agenda extensa destaca-se o seguinte:

1. Aprovação do Relatório do Secretário-Geral sobre a actividade do Secretariado Permanente, relativo ao período de Novembro 2010 a Outubro 2011.
2. A participação activa da OMA, nomeadamente, através da presença do Dr. Alan Harrison, Administrador do Gabinete do Secretário-Geral da OMA e do Representante das Alfândegas da CPLP na OMA, Dr. Oluimo Silva
3. Aprovação do modelo de Notícia-Tipo sobre contrafacção e pirataria a ser inserido no Site das Alfândegas da CPLP
4. Aprovação da entrega na OMA da tradução da Convenção de Quioto Revisada e da Nomenclatura do Sistema Harmonizado 2012, na versão Acordo Ortográfico, a serem publicados no Site desta organização internacional.
5. Implementação do "Protocolo que institui a Conferência dos Directores-Gerais das Alfândegas dos Países de Língua Portuguesa"

A próxima Conferência de Directores-Gerais das Alfândegas dos Países da CPLP realizar-se-á em Outubro de 2012, em S. Tomé e Príncipe.

No final da reunião, os Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP subscreveram a Declaração de Bissau.

Na Declaração de Bissau, os Directores-Gerais das Alfândegas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste manifestam o seu agradecimento às Alfândegas da Guiné-Bissau pelo notável acolhimento da XXVI Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP e sublinham o apreço pela excelente organização e pelo êxito da reunião. As palavras proferidas por Sua Excelência, o Sr. Secretário de Estado do Tesouro da Guiné-Bissau, sobre o papel primordial das Alfândegas no desenvolvimento dos Estados participantes foram igualmente exaltadas. A Declaração reconhece que foram integralmente cumpridos os objectivos do Programa PICAT III aplicado durante o ano de 2010 com o esforço conjunto do Secretariado Permanente e das Administrações Aduaneiras; recomenda a verificação da execução, em 2011, do Programa PICAT III a efectuar no triénio 2010/2012.

Por outro lado os Estados sublinham na Declaração final do evento os progressos do Projecto PROLIP do qual resultou uma maior expansão da utilização da Língua Portuguesa, nomeadamente na Organização Mundial das Alfândegas e congratularam-se com a presença na reunião do Sr. Alan Harrison, Assessor do Gabinete do Secretário-Geral da OMA e agradeceram todo o seu empenho em proveito das Alfândegas da CPLP. O bom relacionamento entre a OMA e os países da CPLP, reforçado pela presença de um representante das Alfândegas da CPLP na OMA, foi facto realçado bem como a elevada participação de todas as delegações presentes que contribuiu para o sucesso dos trabalhos desenvolvidos.

Fonte: DGAIEC > Notícias





ZONA DE COMÉRCIO LIVRE

Regras de origem da SADC para têxteis e vestuário junta peritos em Gaborone

A quarta reunião do Grupo de Peritos para a Revisão das Regras de Origem da SADC relacionados com os Têxteis e Vestuário realizou-se em Gaborone, Botswana, no mês de Outubro, visando, essencialmente, a apresentação dos resultados das consultas nacionais efectivadas pelos Estados membros, relativamente às opções das regras de origem para os têxteis e vestuário.

Organizado pela SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), o encontro abordou questões relativas à implementação da Zona de Comércio Livre (ZCL) da SADC, à implementação de um conceito de gestão fronteiriça coordenada e analisou os preparativos para o Workshop Regional da SADC sobre as Negociações da Organização Mundial do Comércio, bem como para a primeira reunião do Fórum Tripartido Negocial do Comércio.

Além desses temas, os participantes falaram da importância de "Feedback" nas consultas nacionais entre os Estados membros sobre opções referentes às regras de origem para os têxteis e vestuários e a consolidação das propostas do TNF (Fórum Tripartido Negocial do Comércio), analisaram o relatório do grupo de peritos sobre as regras de origem para os têxteis e vestuário, avaliaram a adesão ao Protocolo da SADC sobre Trocas Comerciais (apreciação da oferta tarifária das Ilhas Seychelles) bem como apreciaram o projecto de critérios para a aplicação de interrogações.

No período de 24 a 29 de Outubro passado, no Cresta Lodge Hotel (Gaborone), decorreram também o 43º Fórum Negocial do Comércio, a 4ª reunião do Grupo de Peritos de Alto Nível sobre a União Aduaneira da SADC e o encontro de altos funcionários do Grupo de Trabalho sobre a

Integração Económica Regional, sob a direcção do secretariado da SADC. Angola foi representada por Sérgio Garcia (do Serviço Nacional das Alfân-

degas), Ana Paula Bolívar (do Ministério da Geologia e Minas e Indústria de Angola) e Mbumba Tschico (do Ministério do Comércio).



Fórum Tripartido Negocial do Comércio

O TNF recordou que os relatórios apresentados pelos Estados Membros durante a reunião do grupo de peritos indicaram o apoio às opções seguintes relativas às actividades futuras na área de Regras de Origem para têxteis e vestuários.

1. Manutenção do status quo;
2. Simplificação para um processo de transformação de fase única; e
3. Passagem para uma regra de processo de transformação de fase única que seja complementada por disposições que eliminem o

transbordo, facilitem a emissão de vistos, e facilitem as Administrações Aduaneiras dos Estados Membros. O grupo do TNF recordou que, durante a sua 42ª reunião, o Secretariado da SADC recebeu a carta de intenção das Seychelles para adesão à ZCL da SADC e, por sua vez, comunicou, formalmente, a referida notificação a todas as partes do Protocolo sobre Trocas Comerciais. Sublinhe-se que as autoridades das Seychelles submeteram a sua oferta tarifária preliminar que contém 4.845 rubricas pautais.



Representantes da Academia SARS visitam o SNA



Representantes da Academia SARS (South African Revenue Services) realizaram, de 12 a 16 de Dezembro, uma visita de trabalho ao Serviço Nacional das Alfândegas de Angola (SNA), no âmbito do reforço da capacidade institucional da Escola Aduaneira e do desenvolvimento dos funcionários.

A convite do Serviço Nacional de Alfândegas, o chefe da Academia SARS, Thinyane Molelle, dirigiu, no segundo dia de visita, o seminário destinado aos gestores seniores da instituição, tanto de nível central como regional, sob o tema: "A formação e a aprendizagem no alinhamento da organização para a melhoria contínua".

A dissertação foi seguida com muito interesse pelos participantes, que colocaram à Thinyane Molelle várias questões sobre alguns dos pontos abordados, tendo-se proporcionado um excelente debate. O chefe da Academia SARS

debruçou-se fundamentalmente sobre a importância de alinhar a política e as prioridades de formação e desenvolvimento dos funcionários das Alfândegas com os objectivos estratégicos da instituição, assim como sobre a experiência da SARS nessa matéria.

No sentido de se evitar a realização de formações com pouco impacto e retorno para a organização, segundo a experiência da SARS efectua-se ao mais alto nível estratégico, a definição de prioridades de formação com base nos objectivos estratégicos da instituição, o que permite, assim, alinhar os dois processos.

Por outro lado, foi enfatizado o papel da gestão sénior como um dos agentes fundamentais na estruturação dos processos formativos. Com o chefe da Academia SARS, Thinyane Molelle, esteve no País Ismael Phalandwa, um dos gestores da academia especializada em matéria aduaneira.

De referir que no quadro dos objectivos da visita dos representantes ao mais alto nível da Academia SARS realizaram-se, ao longo da semana, vários encontros com a gestão da Escola Aduaneira e com a equipa de funcionários e representantes dos Núcleos de Formação Regionais adstritos a esse departamento, visando um maior conhecimento da estrutura e do modelo de funcionamento da Academia da SARS e a partilha de experiências e boas práticas.

No mesmo quadro, teve lugar um outro seminário que foi dirigido, especialmente, aos membros da Escola Aduaneira, no qual foram apresentados e discutidos temas sobre "A experiência da Academia e as boas práticas a evidenciar", "O modo de organização, as competências relevantes e sua auditoria" e "As tendências de evolução da formação", entre outros.





CIRCULARES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2011

CIRCULARES DE NOVEMBRO DE 2011			
N.º	Data da Publicação	Assunto	Área
18	18.11.2011	PARECER DE CLASSIFICAÇÃO DE EMBALAGEM DE PLÁSTICO REVESTIDA DE ALUMÍNIO;	SNA/DTC
229	22.11.2011	LISTA ACTUALIZADA DE IMPORTADORES DE MEDICAMENTOS;	SNA/DPP/SDMPP
230	22.11.2011	FUNCIONÁRIOS QUE NÃO DEVEM SER TRANSFERIDOS;	SNA/DRH
231	23.11.2011	ADITAMENTO À CIRCULAR Nº 132/ DPP SOBRE O DESALFANDEGAMENTO PRÉVIO DE MERCADORIAS;	DPP/SNA
232	24.11.2011	CÓDIGO DE PROCEDIMENTO PARA IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS,	SDMPP/DPP/SNA

233	25.11.2011	ACTA DO CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO.	GDG/SNA
-----	------------	--------------------------------------	---------

CIRCULARES DE DEZEMBRO DE 2011			
N.º	Data da Publicação	Assunto	Área
234	01.12.2011	CÓDIGO DE PROCEDIMENTO PARA IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS;	SDNPP/DPP/SNA
235	01.12.2011	TRANSCRIÇÃO DA CIRCULAR Nº 03/ IGS/GIG/2011, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE SOBRE AS NOVAS EXIGÊNCIAS PARA OS IMPORTADORES DE MEDICAMENTOS;	GJ/SNA

Em caso de qualquer sugestão ou reclamação, dirija-se aos seguintes pontos de contacto, fornecendo sempre o seu nome e endereço (telefones, e-mail, fax, etc.) e uma descrição pormenorizada do caso ou evento:

**Serviço Nacional das Alfândegas
Gabinete do Director Geral**
Rua Teresa Afonso Nº 2
Luanda, ANGOLA
Caixa Postal 1254
Tel.: 222 339492 / 222 372613 / 222 394517
Fax: 222 333490 ou 222 372613
Ligações internacionais: (+244) número local
E-mail: info@alfandega.gv.ao

**Serviço Regional das Alfândegas de Luanda
(Alfândega de Luanda - no Porto de Luanda)**
Província de Luanda
Tel.: 222 310620
Fax: 222 310633

Serviço Regional das Alfândegas de Cabinda
Rua do Comércio, Porto de Cabinda
Província de Cabinda
Caixa Postal 461
Tel.: (231) 22475; 22421
Fax: (231) 22475; 22100
Ligações internacionais: (+244 31) número local

Serviço Regional das Alfândegas do Namibe
Rua Eduardo Mondlene,
Província do Namibe
Namibe
Angola
Caixa Postal nº 46
Tel.: (264) 60216/62101
Fax: (264) 60216/62101
Ligações internacionais: (+244 64)

Serviço Regional das Alfândegas do Lobito
Avenida da Independência,
Largo da Restauração 4
Lobito, Província de Benguela
Caixa Postal 50
Tel.: (272) 222583
Fax (272) 22187
Ligações internacionais: (+244 72)



WORKSHOP SOBRE PETRÓLEO E GÁS

Diminuem operações de contrabando de combustíveis a partir do território angolano

Sonangol Distribuidora, Serviço Nacional das Alfândegas e Polícia Fiscal aperfeiçoam mecanismos de inspecção de navios

Os participantes do 2º Workshop para o sector petrolífero, organizado pelo Serviço Nacional das Alfândegas (SNA), em parceria com a Sonangol Distribuidora, em Luanda, constataram que, o tráfico ilícito de combustíveis baixou consideravelmente nos últimos meses, fruto de uma maior colaboração e interacção entre as entidades envolvidas no combate desse crime.

“Portanto, o que abordamos no encontro são os constrangimentos que advêm desta prática ilícita e que medidas têm sido adoptadas para combater esse flagelo, tanto por parte da Sonangol Distribuidora como do Serviço Nacional das Alfândegas e, sobretudo, da Polícia Fiscal”, esclareceu a Chefe do Departamento de Políticas e Procedimento do SNA, Mónica Carneiro.

Angola é até aqui o único País da região austral de África que mantém uma política de subvenção dos combustíveis, e isto implica que os custos de aquisição desses produtos sejam mais baixos em Angola comparativamente aos preços praticados pelos países vizinhos, em particular, a República Democrática do Congo, o Congo Brazaville e a Namíbia. O desvio de combustível tem fomentado o aparecimento de redes criminosas que tentam, ilicitamente, transportar o combustível adquirido em Angola, para revende-lo a preços mais elevados nos mercados dos países vizinhos.

Uma das questões que muito se debateu durante o workshop foi o contrabando de combustíveis, à luz da Lei 28/11 de 01 de Setembro de 2011, sobre a Refinação de Petróleo bruto, Armazenamento, Transporte, Distribuição e comercialização de produtos Petrolíferos, que começou a vigorar no passado dia 1 de Novembro, os participantes constataram que tem havido uma maior colaboração e interacção entre as instituições envolvidas que resulta na diminuição visível do índice da prática de exportação ilegal de combustíveis a nível de todo o País.

No âmbito do programa de reforma do SNA, uma das prioridades tem sido a comunicação permanente com o sector privado, a disseminação da informação e da legislação mais recentemente aprovada, tendo em conta que muitos diplomas legais carecem de explicações, para que os parceiros possam conhecer e es-



tar a par das novas regras introduzidas que devem ser cumpridas. Basicamente, para o SNA, o trabalho constante é uniformizar, adaptar, simplificar a cadeia de importação e exportação e melhorar a “articulação” entre os intervenientes, «procurando sempre saber o que mais preocupa os operadores», sublinhou Eusébio Vunge, Director de Regulação e Relações Institucionais da Sonangol Distribuidora.

De acordo com os organizadores, quatro grandes preocupações têm sido frequentemente apresentadas pelos operadores do sector petrolífero. A primeira preocupação está relacionada com a entrada em vigor do novo regime de licenciamento das operações de importação, exportação e reimportação de mercadorias para a República de Angola, previsto no Decreto Presidencial 275/10.

Este diploma legal tem tido uma forte incidência sobre as operações ligadas ao sector petrolífero. Tratando-se de um sector com um regime especial, disse Mónica Carneiro, “é necessário explicar quais são as regras particulares e os procedimentos especiais que foram adoptados para o tratamento das mercadorias importadas ou exportadas pelas empresas do sector”.

Sobre a lei dos combustíveis recentemente aprovada pelo Estado angolano, a representante do SNA avançou que também era preciso saber qual seria a incidência dessa nova legislação não só à nível dos procedimentos aduanei-

ros como, também, a nível da reorganização das actividades das próprias empresas.

Um terceiro tema girou à volta dos regimes suspensivos de importação e exportação de mercadorias. Sabendo-se que a indústria petrolífera é uma indústria muito dinâmica, que envolve equipamentos e máquinas de avultado valor, o SNA teve necessidade de esclarecer qual seria o tratamento a dar a esse tipo de mercadoria, quando entram ou saem do País e quais eram os regimes e as diferentes taxas aplicáveis.

Mónica Carneiro conclui dizendo que foi interessante ver que ainda há várias questões e opiniões divergentes quanto a um ou outro ponto, daí a necessidade do debate que está ser feito. «Pretendemos que esse fórum de diálogo se torne um hábito e uma rotina, com o objectivo primordial de atender as preocupações que frequentemente nos são apresentadas pelas empresas ligadas ao sector petrolífero” afirmou a técnica do SNA.

A organização do workshop aproveitou a oportunidade para falar do papel da Polícia Fiscal a nível das operações petrolíferas, para esclarecer algumas dúvidas resultantes da interpretação da Lei 11/04, e também para elucidar sobre o Regime Aduaneiro aplicado ao sector petrolífero. Note-se que encontros semelhantes foram realizados no ano passado em Cabinda e Soyo (provincia do Zaire), e prevê-se a realização de mais um fórum já no 1º trimestre de 2012.



Workshop sobre Barreiras não Tarifárias

Peritos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e entidades envolvidas na cadeia logística do comércio internacional dos sectores público e privado angolano, analisaram nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro, em Luanda, questões ligadas às barreiras não tarifárias à actividade comercial dentro dos países da região.

Os “experts” na matéria debruçaram-se sobre as responsabilidades das principais instituições intervenientes na elaboração de relatórios, na monitorização e na facilitação de todo o processo tendente à eliminação das barreiras não tarifárias no espaço SADC, tendo sido na ocasião apresentado o mecanismo de sistema online para reportar, monitorar e eliminar as barreiras não tarifárias a nível da comunidade. Na sua intervenção, o técnico Mário Caetano João representante de Angola na SADC mostrou as diversas vantagens que o referido processo assegura aos usuários, sublinhando as flexibilidades que o sistema apresenta ao gerar dados para posterior tratamento (gráficos, tabelas, etc) e eventuais decisões estratégicas.

O Website www.tradebarriers.org, suportado pela TradeMark Southern Africa, encontra-se à disposição dos operadores económicos e das instituições públicas envolvidas no comércio internacional, nos três idiomas

oficiais da SADC e com diversas informações como as BNTs (Barreiras Não Tarifárias) reportadas e resolvidas, os documentos mais recentes sobre notificações e estudos sobre BNTs existentes nos Estados Membros, links relevantes para enriquecer o estudo sobre a matéria, assim como os pontos de contacto dos Estados Membros para monitoramento e eliminação de BNTs.



Noutra intervenção o perito da Southern Africa Trade Hub, James Maringwa, alertou para a necessidade de se adoptar uma metodologia que priorize a resolução das BNTs com vista a melhor direccionar os recursos humanos e financeiros existentes. Vanesai Hove, do secretariado da SADC, chamou atenção aos países membros a fazerem tudo para que, no quadro da criação da Zona de Comércio Livre, se comece a

vencer uma das maiores barreiras ao comércio regional – as barreiras não tarifárias, pois têm um impacto negativo nas operações comerciais futuras.

Os entraves não pautais referem-se às restrições que resultam de proibições, condições ou exigências específicas de mercado que tornam a importação ou a exportação dos produtos difícil ou dispendiosa. Esses entraves incluem também a aplicação injustificada ou inadequada de medidas de entraves não pautais, como medidas sanitárias e fitossanitárias e outros pormenores técnicos, ao comércio.

Para encerrar o workshop, Mário Caetano João falou sobre o estado actual das BNTs na Região da SADC, analisando assim os desafios existentes nas mais diversas áreas e sublinhando que a prática demonstra que na Região, as barreiras tarifárias, eliminadas com o processo de integração económica Regional (IER), são transformadas em barreiras não tarifárias com um impacto considerável sobre a facilitação do comércio regional e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento económico.

De lembrar que são membros da SADC, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Seicheles.

Alfândegas de Angola

Visão

Situarmo-nos na vanguarda do restabelecimento social e económico de Angola, actuando de forma profissional e eficiente de modo a constituir uma referência de boas práticas aduaneiras na região austral de África.

Missão

Maximizar a arrecadação de receitas mediante a aplicação de sistemas eficientes, sustentáveis e transparentes. Promover o cumprimento voluntário da legislação aduaneira pelos operadores económicos, assegurar a concatenação da necessidade de um controlo aduaneiro eficaz com a facilitação do comércio legítimo, criar um ambiente favorável para a implementação de projectos de investimentos privados, combater as infracções fiscais aduaneiras e evitar, na medida do possível, a sua prática no futuro. Investir na formação profissional dos funcionários aduaneiros com vista a criar uma força de trabalho competente, honesta e reconhecida como modelo de boa gestão nos serviços públicos.

Valores

Integridade,
Responsabilidade,
Tranparência;
Profissionalismo;
Parceria com outros organismos do Governo, operadores económicos e outras administrações aduaneiras de outros países;
Focalização nos resultados e Inovação.